

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES NÃO-CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, QUIROGRAFÁRIAS, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA E REAL, DA COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA

Pelo presente instrumento particular:

1. **COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA**, companhia aberta com sede em Salvador, Estado da Bahia, na Avenida Edgard Santos, 300, Bairro Narandiba, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 15.139.629/0001-94, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante denominada "**Emissora**");
2. **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, com sede no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, 3333, sala 307, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social, representando a comunhão de adquirentes e subscritores das debêntures objeto da presente emissão (doravante denominada "**Agente Fiduciário**"); e
3. **GUARANIANA S.A.**, companhia aberta com sede no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua da Candelária, 65, 16º andar, Bairro Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 01.083.200/0001-18, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante denominada "**Interveniente Garantidora**"),

(doravante denominadas, conjuntamente, "**Parte**" ou "**Partes**"),

vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Não-Convertíveis em Ações, em Série Única, Quirografárias, com Garantia Adicional Fidejussória e Real, da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA" (doravante denominada "**Escritura**"), contendo as seguintes cláusulas e condições:

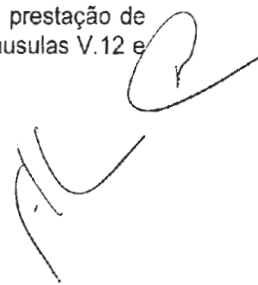
CAPÍTULO I - DA AUTORIZAÇÃO

I.1. Esta Escritura é celebrada com base nas deliberações tomadas na reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 20 de maio de 2004 ("**RCA**"), e na Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas da Emissora, realizada em 7 de junho de 2004 ("**AGE**").

I.2. A reunião do Conselho Fiscal da Emissora, realizada em 20 de maio de 2004, opinou favoravelmente à presente emissão.

I.3. O Conselho de Administração da Interveniente Garantidora, em reunião realizada em 29 de abril de 2004 ("**RCA da Interveniente Garantidora**"), aprovou a prestação de fiança em favor dos debenturistas da presente emissão, nos termos das cláusulas V.12 e seguintes, abaixo.

CAPÍTULO II - DOS REQUISITOS



II.1. A 4ª (quarta) emissão de debêntures da Emissora (doravante denominadas a "Emissão" e as "Debêntures") é feita com observância dos seguintes requisitos:

II.1.1. Arquivamento e publicação de deliberações societárias. As atas da RCA e da AGE foram arquivadas na Junta Comercial do Estado da Bahia sob os nºs, 96539642 e 96543581, em 25.05.2004 e 14.06.2004, respectivamente, tendo sido publicadas nos jornais "Diário Oficial do Estado da Bahia" e "Valor Econômico" em 02.06.2004 e 17.06.2004, respectivamente. A ata da RCA da Interveniente Garantidora foi arquivada em 24.06.2004, sob o nº 00001437893, na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, e publicada, em 02.07.2004, nos jornais "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro" e "Valor Econômico".

II.1.2. Arquivamento da Escritura e do Contrato de Penhor. Esta Escritura será arquivada na Junta Comercial do Estado da Bahia e registrada nos mesmos cartórios de registro de títulos e documentos da Comarca de Salvador, Estado da Bahia, de São Paulo, Estado de São Paulo, e do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, utilizados para registrar o Contrato de Penhor (conforme definição abaixo).

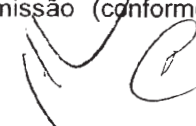
II.1.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários. A distribuição das Debêntures será registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários (doravante denominada "CVM"), na forma da Lei nº 6.385, de 7.12.1976, e alterações posteriores, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, e alterações posteriores ("Lei n. 6.404/76"), da Instrução CVM nº 400, de 29.12.2003, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

II.1.4. Aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica. A presente Emissão foi aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em 24 de maio de 2004, por meio do Ofício nº 810/2004-SFF/ANEEL.

II.1.5. Registro para distribuição no mercado primário. As Debêntures foram registradas para distribuição no mercado primário por meio do Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro ("ANDIMA"), sendo a subscrição liquidada pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP").

II.1.6. Registro para negociação secundária. As Debêntures foram registradas para negociação no mercado secundário, (a) no Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado pela ANDIMA, sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CETIP, segundo as respectivas normas e procedimentos; e (b) no Sistema BovespaFix ("BovespaFix"), administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa ("Bovespa"), sendo a subscrição liquidada na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC").

II.1.7. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID"). A oferta das Debêntures será estruturada de acordo com o Código de Auto-Regulação para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários da ANBID, de 16 de janeiro de 2002 ("Código de Auto-Regulação"), e registrada na ANBID, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro na CVM, nos termos do artigo 22 do Código de Auto-Regulação, pela instituição intermediária líder da Emissão ("Instituição Líder"), conforme definido no contrato de distribuição ("Contrato de Distribuição"), celebrado entre a Emissora e as instituições intermediárias da Emissão (conforme definição no Contrato de Distribuição).



CAPÍTULO III – DO OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

A Emissora tem por objeto social: estudar, projetar, construir e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, bem como atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo administrar sistemas de produção, transmissão, distribuição ou comercialização de energia pertencentes ao Estado, à União ou a Municípios, prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação, organizar subsidiárias, incorporar ou participar de outras empresas e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo.

CAPÍTULO IV – DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Observada a forma de integralização prevista na cláusula V.18 abaixo, o montante líquido obtido pela Emissora com a distribuição das Debêntures será fielmente destinado para (i) a recomposição de caixa em razão dos investimentos realizados em 2003, (ii) realizar novos investimentos para o ano de 2004, no âmbito da exploração de sua concessão para a distribuição de energia elétrica no Estado da Bahia ("Concessão"), bem como, complementarmente, (iii) alongar parte de sua dívida de curto prazo, com novos vencimentos de longo prazo e perfil de amortização compatível com o fluxo de caixa dos investimentos realizados.

CAPÍTULO V - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

As Debêntures terão as seguintes características:

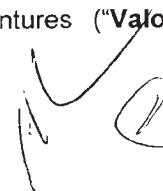
V.1. Número de ordem da Emissão. Esta é a 4ª (quarta) emissão de debêntures da Emissora.

V.2. Valor total da Emissão. O valor total da Emissão é de R\$450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definição em V.14, abaixo).

V.2.1. Aumento do valor total da Emissão a critério da Emissora. Nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM no. 400 e do Contrato de Distribuição, a Emissora, em comum acordo com as instituições intermediárias da Emissão, reserva-se o direito de exercer a opção de aumentar o valor total da Emissão em até 20% (vinte por cento) a quantidade indicada na cláusula V.2, acima.

V.2.1.1. Exercida a opção referida na cláusula anterior, a presente Escritura será aditada com vistas refletir o novo valor total da Emissão e da quantidade de Debêntures emitidas, devendo o Agente Fiduciário celebrar referido aditamento independente de qualquer outra formalidade ou convocação dos titulares das Debêntures, os quais, no momento da subscrição, consignam expressa aprovação à adoção desse procedimento.

V.3. Valor nominal unitário. O valor nominal unitário das Debêntures ("Valor Nominal") será de R\$100.000,00 (cem mil reais), na Data de Emissão.



- V.4. Atualização do Valor Nominal Unitário. O Valor Nominal não será atualizado.
- V.5. Número de séries. A Emissão terá uma única série de Debêntures.
- V.6. Quantidade de Debêntures. Serão emitidas 4.500 (quatro mil e quinhentas) Debêntures, podendo ser emitidas Debêntures adicionais de acordo com a cláusula V.2.1.
- V.7. Forma. As Debêntures serão da forma nominativa, escritural, sem a emissão de certificados representativos. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Banco Itaú S.A., instituição depositária responsável pela escrituração das Debêntures ("Instituição Depositária"). Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas na CETIP, será expedido por esta o "Relatório de Posição de Ativos", acompanhado de extrato em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos e, para as Debêntures custodiadas na CBLC, será expedido relatório por esta, indicando a titularidade das Debêntures que estiverem custodiadas na CBLC.
- V.8. Conversibilidade em ações. As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.
- V.9. Espécie. As Debêntures serão quirografárias, com garantia adicional fidejussória e penhor de direitos creditórios, na forma do disposto no artigo 58 da Lei n. 6.404/76 e conforme dispostas nas Cláusulas V.11 e V.12.
- V.10. Limite da Emissão. Tendo em vista que (i) o capital social da Emissora, nesta data, é de R\$ 1.300.000.000,00 (um bilhão e trezentos milhões de reais), e o capital integralizado é de R\$ 1.068.297.400,82 (um bilhão, sessenta e oito milhões, duzentos e noventa e sete mil, quatrocentos reais e oitenta e dois centavos); e (ii) a presente Emissão, somada às debêntures da 3ª (terceira) emissão da Emissora, ainda não canceladas ou resgatadas, cujo valor, nesta data, devidamente atualizado nos termos da respectiva escritura de emissão, celebrada em 02.07.2004, é de R\$ 97.402.154,54 (noventa e sete milhões, quatrocentos e dois mil, cento e cinquenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos), totaliza R\$ 547.402.154,54 (quinhentos e quarenta e sete milhões, quatrocentos e dois mil, cento e cinquenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos), o limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei n. 6.404/76 está cumprido.
- V.10.1. Caso a Emissora exerça a opção na forma da cláusula V.2.1, acima, conforme facultado pelo parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM no. 400/03, o montante total da Emissão atingirá, no máximo, R\$540.000.000,00 (quinhentos e quarenta milhões de reais), o que, somado ao valor da 3ª. Emissão, nesta data, totalizará R\$ 637.402.154,54 (seiscentos e trinta e sete milhões, quatrocentos e dois mil, cento e cinquenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos), razão pela qual, nessa situação, o limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei n. 6.404/76 estará também cumprido.
- V.11. Penhor de Direitos Creditórios da Emissora. Como garantia adicional do integral cumprimento de todas as obrigações pecuniárias, principais e acessórias, decorrentes da presente Emissão, a Emissora obrigou-se, nesta data, de forma irrevogável e irretroatável, a constituir, em favor dos debenturistas desta Emissão, representados pelo Agente Fiduciário, penhor nos termos do artigo 1.451 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10.1.2002 e alterações posteriores ("Código Civil") e do "Instrumento Particular de Penhor de Direitos Creditórios e Outras Avenças" na forma do Anexo I à



presente Escritura ("**Contrato de Penhor**") sobre (a) todos os direitos creditórios de titularidade da Emissora, oriundos de contratos de fornecimento de energia elétrica ("**Créditos**") para os consumidores da Coelba ("**Consumidores**"), conforme definido e identificados no Contrato de Penhor, existentes nesta data ou que vierem a se constituir futuramente, bem como seus respectivos títulos, quando existentes ("**Créditos Empenhados**"); (b) fração correspondente a 15,79% de todos direitos de titularidade da Emissora contra cada instituição arrecadadora relacionada no Anexo I ao Contrato de Penhor e qualquer instituição financeira que venha a prestar serviço de arrecadação e de recebimento dos valores pagos pelos serviços de fornecimento de energia elétrica (cada uma dessas instituições, o "**Agente Arrecadador**"), decorrentes dos contratos celebrados com esses Agentes Arrecadadores para o recebimento dos recursos provenientes de quaisquer consumidores de energia elétrica (inclusive, mas não se limitando aos Consumidores), contratos esses discriminados no Anexo I ao Contrato de Penhor (conforme alterados de tempos em tempos), inclusive, mas não se limitando aos recursos recebidos ou que venham a ser recebidos pelos Agentes Arrecadadores; (c) fração correspondente a 15,79% (quinze inteiros e setenta e nove centésimos por cento) de todos os direitos de titularidade da Emissora contra cada instituição financeira relacionada no Anexo II ao Contrato de Penhor e qualquer instituição que venha a receber recursos dos Agentes Arrecadadores (cada uma dessas instituições, o "**Banco Centralizador**") decorrentes dos contratos celebrados com o Agentes Arrecadadores (contratos esses discriminados no Anexo I ao Contrato de Penhor, conforme alterado de tempos em tempos), inclusive, mas não se limitando aos recursos depositados e que venham a ser depositados nas contas de centralização da Emissora mantidas junto a tais Bancos Centralizadores (indicadas no Anexo II ao Contrato de Penhor) ("**Contas Centralizadoras**"); e (d) a totalidade dos direitos de titularidade da Emissora contra o Banco Itaú S.A. ou qualquer banco que venha a substituí-lo, nos termos do Contrato de Penhor, relativos à conta corrente de titularidade da Emissora nº 33.862-9, agência nº 2001, aberta e mantida pela Coelba junto ao Banco Itaú S.A. ("**Conta Caução**") ou qualquer outra conta que venha a ser aberta para substituir a Conta Caução a qualquer tempo durante a vigência do Contrato de Penhor, sendo certo que na Conta Caução, ou em qualquer outra conta de titularidade de qualquer pessoa jurídica que venha a ser indicada pelo Agente Fiduciário a qualquer tempo aos Consumidores, aos Bancos Centralizadores e aos Agentes Arrecadadores (com cópia para a Emissora) será depositado, somente no caso de excussão do Penhor, o produto dos créditos contra os Consumidores, os Bancos Centralizadores e os Agentes Arrecadadores, por conta do penhor constituído em (a) a (c) acima, observado o disposto a seguir. Os recursos obtidos com a excussão, judicial ou extrajudicial, do Penhor e de tempos em tempos reforçado, se for o caso, estarão limitados, mensalmente, durante toda a vigência do Contrato de Penhor, a 15,79% (quinze inteiros e setenta e nove centésimos por cento) da média mensal da Receita Operacional Líquida da Emissora ("**ROL**"), conforme definida no Contrato de Penhor, apurada com base nos dados das últimas Informações Trimestrais ("**ITR**") ou demonstrações financeiras anuais, conforme o caso, divulgadas anteriormente à data da excussão. Eventuais juros, atualização e rendimentos, fruto dos Bens Empenhados, em nenhuma hipótese integrarão o Penhor.

V.11.1. O penhor dos Bens Empenhados ("**Penhor**") é formalizado nesta data através da celebração do Contrato de Penhor, que integra a presente Escritura, o qual será levado a registro, em até 10 (dez) dias úteis, contados da presente data, no 1º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Salvador, no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e no 3º Cartório de Títulos e Documentos de São Paulo, Estado de São Paulo. A



Emissora entregará, imediatamente após os respectivos registros, ao Agente Fiduciário uma via original de tais documentos e o comprovante de tais registros.

V.12. Garantia fidejussória. A Interveniente Garantidora, na qualidade de acionista controladora da Emissora, presta, neste ato, fiança em favor dos debenturistas desta Emissão, representados pelo Agente Fiduciário ("**Fiança**"), pela qual obriga-se, como fiadora e principal pagadora, de forma irrevogável e irretratável, com renúncia expressa aos benefícios previstos nos artigos 827, 829, 830, 835, 837, 838 e 839, todos do Código Civil, e artigo 595, do Código de Processo Civil (Lei n. 5.869, de 11.1.1973, e alterações posteriores – "**Código de Processo Civil**"), pelo pronto e pontual cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora na presente Escritura e/ou no Contrato de Penhor, incluindo a obrigação de pagar, na data de seu vencimento, o Valor Nominal de cada uma das Debêntures, acrescido (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, e (ii) dos Encargos Moratórios, se houver, bem assim pela liquidação de todas e quaisquer obrigações, principais ou acessórias, assumidas pela Emissora, nos termos desta Escritura e nos demais documentos decorrentes desta Emissão.

V.12.1. Cabe ao Agente Fiduciário requerer a imediata execução da Fiança, nos prazos e formas aqui previstos, conforme função que lhe é legalmente atribuída, uma vez verificada alguma hipótese de insuficiência de pagamento do valor principal das Debêntures, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, em qualquer hipótese de seu vencimento, inclusive antecipado por força das hipóteses previstas na Cláusula VII, tudo de acordo com o disposto nesta Escritura.

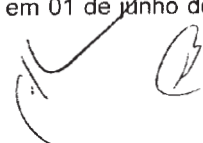
V.12.2. A Interveniente Garantidora sub-rogar-se-á nos direitos dos debenturistas desta Emissão, caso venha honrar, no todo ou em parte, a presente garantia, sendo que a exequibilidade e eficácia desse direito de sub-rogação ficarão suspensas até (i) a liquidação integral de todas as obrigações da Emissora decorrentes da Escritura e do Contrato de Penhor perante os titulares das Debêntures; ou (ii) que tenham transcorrido 12 (doze) meses, contados daquele em que houve a sub-rogação, sem que a Emissora tenha inadimplido qualquer outra obrigação constante da presente Escritura.

V.12.3. A Fiança é prestada em caráter irrevogável e irretratável e vigorará até o integral cumprimento, pela Emissora de todas as obrigações decorrentes da Escritura e do Contrato de Penhor.

V.13. Colocação. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, sendo atendidos, obrigatoriamente, na seguinte ordem: (i) os clientes das instituições intermediárias, que desejarem subscrever as Debêntures; e (ii) as instituições intermediárias desta Emissão, sob o regime de garantia firme prestada nos termos do Contrato de Distribuição.

V.14. Data de emissão. Para todos os efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures será 01 de junho de 2004 ("**Data de Emissão**").

V.15. Prazo e data de vencimento. As Debêntures terão prazo de vencimento de 4 (quatro) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 01 de junho de 2008 ("**Data de Vencimento**").



V.16. Prazo para subscrição. As Debêntures serão subscritas em até 6 (seis) meses, contados da data de publicação do anúncio de início de distribuição da presente Emissão.

V.17. Preço de subscrição. O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal, acrescido da Remuneração (conforme definição em V.20, abaixo), calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a Data de Integralização (conforme definido na cláusula seguinte) ("**Preço de Subscrição**").

V.18. Formas de subscrição e integralização. A subscrição das Debêntures será efetuada por meio dos procedimentos da CETIP. O pagamento do Preço de Subscrição será realizado à vista, no ato da subscrição ("**Data de Integralização**"), em moeda corrente nacional.

V.19. Pagamento do Valor Nominal. O Valor Nominal será pago pela Emissora em 12 (doze) parcelas, trimestrais e sucessivas, a partir do 15º (décimo quinto) mês, inclusive, contado da Data de Emissão ("**Amortização**" ou "**Amortizações**"), de acordo com a tabela abaixo:

	Mês	% do Valor Nominal da Debênture
1.	15º	4,5
2.	18º	4,5
3.	21º	4,5
4.	24º	4,5
5.	27º	6,5
6.	30º	6,5
7.	33º	6,5
8.	36º	6,5
9.	39º	14
10.	42º	14
11.	45º	14
12.	48º	14

V.20. Remuneração. Sobre o saldo do Valor Nominal incidirão juros correspondentes à acumulação das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, extragrupo ("**Taxas DI**"), calculadas e divulgadas pela CETIP, capitalizada de um *spread* ou sobretaxa ("**spread**") de 3,50% (três inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, de acordo com a fórmula abaixo (*spread*, em conjunto com a Taxa DI, denominados "**Remuneração**").

V.20.1. Redução do Spread - Programa de Capitalização do BNDES. Caso a Emissora venha aderir ao "Programa de Apoio à Capitalização de Empresas Distribuidoras de Energia Elétrica" ("**Programa de Capitalização**") do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – ("**BNDES**") e o valor liberado pelo BNDES para a Emissora no âmbito desse programa seja (i) igual ou superior a 50,00% (cinquenta por cento) do saldo devedor das Debêntures em circulação (incluindo principal e Remuneração), o *spread* será automaticamente reduzido para 3,00% (três por cento) ao

ano; ou (ii) entre 25,00% (vinte e cinco por cento) e 49,99% (quarenta e nove inteiros e noventa e nove centésimos por cento) do saldo devedor das Debêntures em circulação, o *spread* será automaticamente reduzido para 3,25% (três inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano. Em ambos os casos a redução do *spread* ocorrerá a partir do 30º (trigésimo) dia contado da notificação entregue ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula V.20.1.1.

V.20.1.1. Independentemente do valor liberado à Emissora pelo BNDES no âmbito do Programa de Capitalização, a Emissora deverá, no prazo de até 2 (dois) dias úteis do recebimento dos recursos no âmbito do Programa de Capitalização, informar ao Agente Fiduciário, para fins do disposto na cláusula anterior e nas cláusulas V.25 e V.26 abaixo, (i) a completa descrição do montante envolvido, sua porcentagem em relação ao valor das Debêntures em circulação, prazo, remunerações, vencimento antecipado, encargos e outras características relevantes; e, ainda, (ii) o montante que se obriga a despendar em virtude do exercício da Opção de Compra, conforme definida na Cláusula V.25, observado o disposto na cláusula V.25.1. Sem prejuízo da obrigação da Emissora aqui estipulada, esta irrevogável e irretratavelmente autoriza o Agente Fiduciário a obter as informações referidas em (i) diretamente junto ao BNDES.

V.20.1.2. Uma vez notificado pela Emissora ou tendo obtido informações junto ao BNDES, o Agente Fiduciário, (i) até o 2º (segundo) dia útil seguinte à data da obtenção das informações referidas em V.20.1.1, fará publicar, na forma da cláusula V.30, abaixo, aviso aos debenturistas desta Emissão para informar o inteiro teor da notificação recebida nos termos da cláusula anterior e, se for o caso, o novo valor do *spread*, apurado nos termos da cláusula V.20.1, acima (a "**Data da Publicação do Aviso**"); e (ii) notificará os debenturistas desta Emissão, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da obtenção das informações referidas em V.20.1.1, para informar o inteiro teor da notificação ou informação recebida nos termos da cláusula anterior e, se for o caso, o novo valor do *spread*, apurado nos termos da cláusula V.20.1.

V.20.1.3. Sendo efetivada a publicação de que trata a cláusula anterior, a presente Escritura será aditada com vistas à compatibilização da Remuneração com o novo valor do *spread*, devendo o Agente Fiduciário celebrar referido aditamento independente de qualquer outra formalidade ou convocação dos titulares das Debêntures, os quais, no momento da subscrição, consignam expressa aprovação à adoção desse procedimento.

V.20.1.4. O aditamento referido na cláusula anterior deverá ser efetivado no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados (i) da data de pagamento do Preço das Opções (conforme definido na cláusula V.25.2), nos termos da Cláusula V.26, ou (ii) da data de encerramento do prazo para exercício da Opção de Venda conforme definida na cláusula V.25), nos termos da cláusula V.25.3 abaixo, no caso de não haver exercícios de opções,.

V.20.2. Entende-se por período de capitalização ("**Período de Capitalização**") o intervalo de tempo entre 2 (duas) datas previstas para o pagamento da Remuneração, ressalvado que o 1º (primeiro) Período de Capitalização tem início na Data de Emissão e término na data prevista para o 1º (primeiro) pagamento da Remuneração. Os demais Períodos de Capitalização têm início na data prevista para o pagamento da Remuneração do Período de Capitalização anterior e término na data prevista para o pagamento da Remuneração subsequente, cada Período de Capitalização sucedendo o anterior, sem solução de continuidade. O pagamento da Remuneração será exigível somente no final



de cada Período de Capitalização, sem prejuízo dos demais vencimentos previstos nesta Escritura.

V.20.3. As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial, utilizando-se o critério *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento dos juros, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização.

V.20.4. O cálculo dos juros obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times [FatorDI \times FatorSpread - 1]$$

onde:

J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = valor nominal da debênture no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator DI = produtório das taxas DI Over da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n [1 + TDI_k]$$

onde:

n_{DI} = número total de Taxas DI Over, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento;

$$TDI_k = \left(\frac{DI}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{360}} - 1, \text{ onde: } k = 1, 2, \dots, n$$

DI_k = Taxa DI Over divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

d_k = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI Over, sendo " d_k " um número inteiro;

FatorSpread= Sobretaxa de juros fixos calculados com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{360}} \right]^{\frac{DP}{DI}} \right\}$$

onde:




spread = spread ou sobretaxa, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais;

n = É o número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo " n " um número inteiro;

DT = É o número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo " DT " um número inteiro; e

DP = É o número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo " DP " um número inteiro.

V.20.5. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

V.20.6. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, acrescida do *spread*, se houver, até a data da aferição, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto pelos debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

V.20.7. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI pela CETIP por prazo superior a 10 (dez) dias úteis após a data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal, será utilizado em sua substituição o índice que vier a ser determinado legalmente como seu substituto, se houver, caso o mesmo contenha características semelhantes à Taxa DI. Na ausência de critério legal substituto com características semelhantes à Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembléia Geral de Debenturistas para definir, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na cláusula V.20.1 e seguintes, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, acrescida do *spread*, até a data da deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas.

V.20.7.1. Caso não haja acordo sobre a nova remuneração entre titulares de Debêntures representando pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em circulação e a Emissora, as Debêntures deverão ser resgatadas pela Emissora, na sua totalidade, no prazo de 20 (vinte) dias úteis contados da data da realização da Assembléia Geral de Debenturistas, pelo saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (aplicando-se a última Taxa DI divulgada) devida até a data do resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou data do último pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último. O resgate ao qual se refere esta Cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza.

V. 20.8. O fator resultante da expressão $[1 + TDI_k]$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento.



V.20.9. Efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + TDI_k]$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante, até o último considerado.

V.20.10. Periodicidade do pagamento da Remuneração. A Remuneração será paga trimestralmente, razão pela qual o 1º (primeiro) pagamento ocorrerá em 1 de setembro de 2004 e o último, em 1 de junho de 2008. Farão jus à Remuneração os titulares das Debêntures que assim constem na Instituição Depositária ao final do dia útil anterior à data de seu pagamento.

V.21. Local de pagamento. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no mesmo dia de seu vencimento, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP ou pela CBLC, ou por meio do Banco Depositário, para os titulares das Debêntures que não estejam custodiadas na CETIP ou na CBLC.

V.21.1 Banco mandatário. O banco mandatário das Debêntures será o Banco Itaú S.A. ("Banco Mandatário").

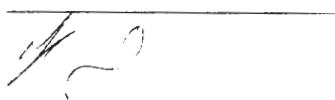
V.22. Fundo de Amortização. Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

V.23. Resgate antecipado facultativo. A partir do 1º (primeiro) dia do 12º (décimo segundo) mês contado da Data de Emissão (inclusive) e desde que a Emissora publique aviso aos debenturistas da Emissão com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data de resgate, a Emissora reserva-se o direito de promover, em cada data de pagamento da Remuneração, a critério de seu Conselho de Administração, o resgate antecipado total ou parcial das Debêntures em circulação. O resgate antecipado será efetuado mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento, e de um prêmio de 0,50% (cinquenta centésimos por cento), incidente sobre o valor do resgate calculado nos termos desta cláusula.

V.23.1. Caso o resgate antecipado, previsto na cláusula anterior, abranja parcialmente as Debêntures em circulação, a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário deverá apurar a quantidade de Debêntures de titularidade de cada debenturista e observar o sorteio, nos termos do artigo 55, §1º13, da Lei n. 6.404/76.

V.24. Aquisição Facultativa. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, por preço igual ou inferior ao seu Valor Nominal, acrescido da Remuneração *pro rata* devida até a data de aquisição e ainda não paga aos debenturistas, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei n. 6.404/76.

V.24.1. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures da mesma série em circulação.



V.25. Opção de Venda e Opção de Compra. Observada a limitação constante da cláusula V.25.2.1, caso a Emissora receba recursos oriundos do Programa de Capitalização do BNDES, (i) cada debenturista desta Emissão terá a opção de, individualmente e a seu exclusivo critério, vender e a Emissora terá a obrigação de comprar, desde que solicitado por referido debenturista a(s) Debênture(s) de que seja(m) titular(es) ("**Opção de Venda**"), e (ii) a Emissora terá a opção de comprar e os titulares das Debêntures, a obrigação de lhe vender, desde que solicitados pela Emissora, a seu exclusivo critério, a(s) Debênture(s) de que seja(m) titular(es) ("**Opção de Compra**"), respeitado o exercício da Opção de Venda, conforme cláusula V.25.1 a seguir.

V.25.1. No exercício da Opção de Compra, cujo montante total é fixado de antemão pela Emissora, nos termos da cláusula V.20.1.1(i), será respeitado o exercício da Opção de Venda pelos titulares das Debêntures, combinando-se as Debêntures objeto desta opção com aquelas que serviriam para suportar o montante fixado para o exercício da Opção de Compra, tratando-se ambos exercícios como um só para fins da totalização do montante da Opção de Compra previamente fixado pela Emissora.

V.25.1.1. Caso o montante para pagamento das Debêntures objeto da Opção de Venda seja superior ao valor fixado para a Opção de Compra, a Emissora deverá adquirir as Debêntures objeto desse exercício, observadas a limitação fixada na cláusula V.25.2.1 abaixo e o procedimento de rateio proporcional entre os titulares de Debêntures exercidas, nos termos da Lei n. 6.404/76.

V.25.1.2. Caso o montante para pagamento das Debêntures objeto da Opção de Compra seja superior ao valor total do pagamento das Debêntures objeto do exercício da Opção de Venda, a Emissora deverá observar, para o excedente à Opção de Venda, o sorteio entre todos os titulares de Debêntures, nos termos do artigo 55, §1º, da Lei n. 6.404/76.

V.25.2. O preço a ser pago pela Emissora em decorrência do exercício da Opção de Venda ou da Opção de Compra será igual ao Valor Nominal não amortizado das Debêntures, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* até a data do efetivo pagamento da opção ("**Preço das Opções**"), sem fazer jus ao pagamento de qualquer prêmio.

V.25.2.1. Para fins do exercício da Opção de Venda ou da Opção de Compra, serão apurados, na data da disponibilização dos recursos pelo BNDES, (a) o saldo das obrigações relacionadas às Debêntures em circulação; e (b) o saldo remanescente das obrigações da Emissora em relação ao Empréstimo Externo (conforme definido na Cláusula VI.5.1 abaixo), dividindo-se a parcela "(a)" pelo resultado da soma de "(a)" e "(b)". Calculado esse número em forma percentual, o mesmo será aplicado ao montante total de recursos disponibilizados pelo BNDES, sendo esse resultado o montante que servirá de limite para o pagamento do Preço das Opções ("**Parcela das Opções**") e, por consequência, poderá restringir o exercício da Opção de Venda.

V.25.2.2. Caso o montante objeto do exercício pela Emissora da Opção de Compra seja inferior ao montante total objeto do exercício das Opções de Venda, a Emissora observará o rateio proporcional entre os titulares das Debêntures que exerceram a Opção de Venda, respeitada a unidade. Caso o montante do exercício pela Emissora da Opção de Compra seja superior ao montante total objeto do exercício da Opção de Venda, a Emissora observará o sorteio, nos termos do artigo 55, §1º, da Lei n. 6.404/76.



V.25.3. A Opção de Venda poderá ser exercida individualmente por cada titular das Debêntures (a) independentemente de assembleia geral de debenturistas, (b) desde que notificado o Agente Fiduciário, pelo(s) debenturista(s), do exercício da Opção de Venda, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da Data da Publicação do Aviso (conforme definida na cláusula V.20.1.2 acima); e (c) sem limitação ao montante indicado pela Emissora nos termos da cláusula V.20.1.1(ii) acima, mas observado o limite previsto na cláusula V.25.2.1, acima.

V.25.3.1. Vencido o prazo de 10 (dez) dias úteis para o exercício da Opção de Venda, o Agente Fiduciário deverá informar, no dia útil seguinte, o inteiro teor da(s) notificação(ões) à Emissora (a "**Notificação da Opção de Venda**"), que efetuará o pagamento do Preço da Opção de Venda conforme cláusula V.26, abaixo.

V.25.4. A Opção de Compra será exercida, independentemente de assembleia geral de debenturistas, respeitando-se as Debêntures objeto do exercício da Opção de Venda, (i) independentemente de notificação adicional aos titulares das Debêntures, no caso do montante necessário ao pagamento das Debêntures objeto da Notificação da Opção de Venda ser igual ou superior àquele previamente divulgado pela Emissora para fins do exercício da Opção de Compra, nos termos da cláusula V.20.1.1, acima; ou (ii) observando-se o procedimento fixado na cláusula V.25.4.1 a seguir, no caso do montante necessário ao pagamento das Debêntures objeto da Notificação da Opção de Venda ser inferior àquele previamente divulgado pela Emissora para fins do exercício da Opção de Compra, nos termos da cláusula V.20.1.1 acima. Em ambas as hipóteses a Emissora observará o rateio proporcional entre todos os titulares de Debêntures, nos termos da Lei n. 6.404/76.

V.25.4.1. Na hipótese do item (ii) da cláusula anterior, o Agente Fiduciário, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da data da entrega da Notificação da Opção de Venda, (i) notificará os debenturistas desta Emissão, se possível individualmente, para informar o saldo de Debêntures relativo à diferença entre o montante decorrente do exercício da Opção de Venda e aquele previamente divulgado pela Emissora para o exercício da Opção de Compra, nos termos da cláusula V.20.1.1; e (ii) fará publicar, na forma da cláusula V.30 abaixo, aviso aos debenturistas desta Emissão informando o conteúdo da notificação em (i).

V.26. Prazo e Local de Pagamento. A Emissora efetuará o pagamento do Preço das Opções através de operação de Compra e Venda definitiva, conforme regulamento de operações, no mercado secundário, da CETIP, da CBLC ou, caso as Debêntures não estejam registradas no SND ou no Bovespafix, junto à Instituição Depositária, em todos os casos no 3º (terceiro) dia útil seguinte à data de recebimento da Notificação da Opção de Venda.

V.27. Encargos Moratórios. Ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso, encargos moratórios esses calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("**Encargos Moratórios**").



V.28. Prorrogação dos prazos. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao cumprimento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro Encargo Moratório, se a data de vencimento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou dia em que não houver expediente bancário na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ressalvados os casos de feriados municipais para os pagamentos que devam ser realizados por meio da CETIP.

V.29. Decadência dos Direitos aos Acréscimos. Sem prejuízo do disposto na Cláusula V.27, o não-comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou Encargos Moratórios, se houver, no período relativo ao atraso no recebimento.

V.30. Publicidade. Observados os prazos especificados na presente Escritura, todos os atos e decisões destinados aos debenturistas deverão ser obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, no jornal "Valor Econômico" e outros jornais habitualmente utilizados pela Emissora, informados nas Informações Anuais – IAN, e através da rede mundial de computadores, por meio do site da Emissora (<http://www.coelba.com.br>), devendo esta avisar o Agente Fiduciário, antecipadamente, da realização de qualquer publicação. O anúncio de início e o anúncio de encerramento da presente Emissão poderão ser publicados no jornal "Valor Econômico" na forma de aviso resumido, sendo obrigatoriamente disponibilizados, em sua íntegra, no site da Emissora acima indicado.

V.31. Comunicações. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo Correio ou por telegrama, nos endereços constantes abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem:

a. Para a Emissora:

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA - COELBA

Avenida Edgard Santos, 300, Bairro Narandiba

Salvador - BA

CEP: 41186-900

At. Gerente Tesouraria e Finanças – Sr. José Arcésio Rodrigues Neto

Telefone: (71) 370-5502

Fac-símile: (71) 370-5506

E-mail: jarodrigues@coelba.com.br

b. Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Av. das Américas, 3333, sala 307, Barra da Tijuca

Rio de Janeiro - RJ

CEP: 22631-003

At. Sr. Maurício da Costa Ribeiro
Telefone: (21) 3325 5059
Fac-símile: (21) 3325 5969
E-mail: pentagono@pentagonotrustee.com.br

c. Para a Instituição Depositária ou para o Banco Mandatário:

BANCO ITAÚ S.A.

Diretoria de Serviços para Mercado de Capitais
Av. Eng. Armando de Arruda Pereira, 707, 9º andar
São Paulo - SP
CEP 04344-902
At.: Superintendência de Serviços para Empresas – Sr. Cláudio Ribeiro
Telefone: (11) 5029 1317
Fac-símile: (11) 5029 1917
E-mail: claudio.ribeiro@itau.com.br

d. Para a Interveniente Garantidora:

GUARANIANA S.A.

Rua da Candelária, 65, 16º andar, Bairro Centro
Rio de Janeiro – RJ
CEP 20091-020
At. Diretor Executivo, Financeiro e de Relações com Investidores – Sr. Erik da Costa Breyer
Telefone: (21) 2277-3200
Fac-símile: (21) 2516-9486
E-mail: ebreyer@guaraniana.com.br

CAPÍTULO VI – DEFINIÇÕES DE TERMOS FINANCEIROS

Para os fins desta Escritura, aplicar-se-ão as seguintes definições, baseadas em demonstrativos elaborados com base nos princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil:

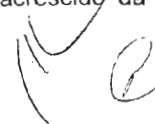
- a. **“Dívida Total”**: significa o somatório do saldo de títulos de renda fixa, dívidas bancárias, incluindo empréstimos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ou agências multilaterais, obrigações comprovadas como fundo de pensão dos funcionários da Emissora, não considerando para tal definição o cálculo atuarial, acrescido de despesas líquidas com operações de *hedge*, dívida com a Eletrobrás, e dívidas de mútuos com partes relacionadas, excluindo deste cálculo RTE – Recomposição Tarifária Extraordinária (“RTE”), CVA - Conta de Compensação de Variação de Custos da parcela “A” (“CVA”), e Aplicações Financeiras Redutoras da Emissora;
- b. **“EBITDA”**: significa o lucro ou prejuízo líquido da Emissora antes da contribuição social e imposto de renda, subtraindo-se as receitas e adicionando-se as despesas geradas pelos resultados não operacionais, equivalência patrimonial, resultados financeiros, provisão para contingências, Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, depreciação e amortização, definição esta na forma usualmente aceita pelos princípios contábeis brasileiros. Para fins da apuração

das relações previstas na cláusula VII.2.1. acima, será utilizado o somatório dos quatro últimos trimestres fiscais.

- c. **"Despesa de Juros"**: significam, tendo em vista apenas os efetivamente desembolsados – despesa financeira bruta como base de cálculo, os juros de dívida bancária (incluindo juros devidos ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a agências multilaterais), acrescido de juros pagos ao fundo de pensão e parcela "caixa" da variação monetária e cambial, mais as despesas líquidas de hedge, mais os juros pagos à Eletrobrás, mais os juros pagos de títulos de renda fixa, mais os juros efetivamente pagos por conta de mútuos com partes relacionadas (deduzidos de eventuais juros recebidos de partes relacionadas – por conta dos Empréstimos Intercompanies registrados no ativo da Emissora- no trimestre em questão. Estão excluídos deste cálculo os juros efetivamente desembolsados por conta de: RTE, CVA e também as despesas oriundas de provisões (que não tiveram impacto no caixa, mas apenas registro contábil). Para fins da apuração das relações previstas na cláusula VII.2.1. acima, será utilizado o somatório dos quatro últimos trimestres fiscais.
- d. **"Capitalização"**: significa o somatório da Dívida Total e do Patrimônio Líquido.
- e. **"Dívida de Curto Prazo"**: significa a dívida total de curto prazo subtraída das parcelas correntes das dívidas de longo prazo; da parcela corrente de RTE e CVA, conforme definido pela regulamentação da ANEEL; e das Aplicações Financeiras Redutoras.
- f. **"Aplicações Financeiras Redutoras"**: significa as aplicações financeiras da Emissora que atendam a todas as seguintes condições (i) estejam mantidas em conta não movimentável pela Emissora até o vencimento do respectivo contrato, fazendo-se prova dessa contratação junto ao Agente Fiduciário, caso este solicite; (ii) a instituição financeira autorizada a movimentar referida conta tenha patrimônio superior a R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) e goze de classificação de risco aceitável, entendendo-se esta com relação (a) a uma instituição financeira sediada nos Estados Unidos, como classificação de risco de crédito da agência Standard & Poor's ("S&P") nota "A" ou melhor, ou da Moody's Investors Services Inc. ("Moody's") nota A2 ou melhor, com relação a dívida de longo prazo, ou (b) a instituição financeira sediada no Brasil, como classificação de risco de crédito da S&P nota BB- ou melhor, ou da Moody's nota Ba3 ou melhor, ou da Fitch Investor's Service, L.P. nota BB ou melhor, com relação a dívida de longo prazo; (iii) o montante das aplicações financeiras seja, no máximo, igual a US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares norte-americanos); e (iv) estejam temporalmente limitadas a 30 novembro de 2005, data após a qual não será mais permitida a utilização desse item como redutor da Dívida Total ou da Dívida de Curto Prazo.

CAPÍTULO VII – DO VENCIMENTO ANTECIPADO

VII.1. Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático. Observado o disposto na Cláusula VII.4 abaixo, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura e exigirá dela e/ou da Interviente Garantidora o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal, acrescido da



Remuneração, devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura ou do Contrato de Penhor, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- a. descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária perante os debenturistas da Emissão, prevista nesta Escritura ou no Contrato de Penhor, não sanada em 2 (dois) dias úteis contados da data da inadimplência;
- b. (i) pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora e/ou por seus acionistas controladores; (ii) pedido (auto-falência ou por terceiros) de falência da Emissora, seus acionistas controladores e/ou sociedades por ela controladas, ou (iii) decretação de falência da Emissora, seus acionistas controladores e/ou de sociedades por ela controladas (ou, em relação a qualquer das hipóteses desta alínea, qualquer procedimento judicial análogo aos previstos nesta alínea, que substitua ou complemente a atual legislação sobre falências e concordatas);
- c. liquidação da Emissora e/ou de seus acionistas controladores e sociedades controladas;
- d. término, por qualquer motivo, do Contrato de Concessão nº 010/97, celebrado entre a Emissora e o Poder Concedente (União), em 08 de agosto de 1997, conforme aditado em 27 de dezembro de 2002, relativo ao serviço público de distribuição de energia elétrica para o Estado da Bahia ("Contrato de Concessão");
- e. inadimplemento, pela Emissora, de quaisquer obrigações a que esteja sujeita, como e quando tais obrigações tornarem-se exigíveis, observados os períodos de carência aplicáveis, obrigação essa em valor agregado igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), não regularizado em um período máximo de 30 (trinta) dias, a contar do descumprimento da obrigação;
- f. vencimento antecipado de quaisquer obrigações da Emissora, como e quando tais obrigações tornarem-se exigíveis, em valor agregado igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais);
- g. protesto de títulos contra a Emissora, cujo valor não pago ultrapasse R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), salvo se (i) o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, (ii) for cancelado, ou, ainda, (iii) forem prestadas garantias em juízo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da ocorrência do protesto;
- h. caso o Penhor se torne ilegal, impróprio ou insuficiente para assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou no Contrato de Penhor, e desde que não seja substituído ou complementado pela Emissora, no prazo de até 15 (quinze) dias, após a solicitação expressa do Agente Fiduciário; ou
- i. sentença transitada em julgado ou laudo arbitral definitivo, proferidos contra a Emissora, cujo valor da condenação seja superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), desde que não provisionados com antecedência mínima de 150



(cento e cinquenta) dias, da data da publicação da sentença ou do conhecimento do laudo arbitral.

VII.2. Hipóteses de Vencimento Antecipado através de Assembléia Geral Observado o disposto na Cláusula VII.4, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos eventos abaixo, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o quorum específico estabelecido na Cláusula VII.3 abaixo, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- a. descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não-pecuniária perante os debenturistas da Emissão, prevista nesta Escritura ou no Contrato de Penhor, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento de notificação escrita do Agente Fiduciário nesse sentido, sendo certo que o prazo de 30 (trinta) dias previsto nesta alínea não se aplica a qualquer outra hipótese deste Capítulo VII;
- b. deixar a Emissora de envidar os melhores esforços para aderir ao Programa de Capitalização do BNDES;
- c. deixar a Emissora de cumprir com todas as obrigações assumidas no Contrato de Penhor ou de praticar todos os atos necessários para que o penhor e suas cláusulas permaneçam válidas e eficazes, até o cumprimento de suas obrigações assumidas nesta Escritura;
- d. modificar as condições, características ou a estrutura de garantias do Empréstimo Externo (abaixo definido) sem o prévio conhecimento e aprovação, por escrito, do Agente Fiduciário;
- e. emitir títulos e valores mobiliários, nos mercados local e externo, com cronograma de amortização que contemple pagamento de principal antes do encerramento do prazo de carência da Amortização das Debêntures, sem a prévia autorização do Agente Fiduciário, ressalvada a 3ª (terceira) Emissão de Debêntures da Emissora;
- f. cisão, fusão ou incorporação envolvendo a Emissora, nos termos da Lei n. 6.404/76, exceto se (i) aprovada qualquer destas operações pelos Debenturistas, observado o quorum previsto na Cláusula X.5 abaixo e não sendo admitida a dispensa de realização de assembléia geral prevista no §1º do artigo 231 da Lei n. 6.404/76, ou (ii) a cisão, fusão ou incorporação decorra de obrigação legal ou regulamentar imposta pela ANEEL no âmbito do processo de desverticalização das atividades desenvolvidas pela Emissora, incluindo, mas sem limitações, em relação à Companhia Energética do Rio Grande do Norte – Cosern e/ou à Itapebi Geração de Energia S.A., conforme previsto no Contrato de Concessão e na Lei n. 10.848/04; e
- g. alienação, direta ou indireta, do controle acionário da Emissora, tal como definido nos artigos 116 e 254-A da Lei n. 6.404/76, que resulte na saída do Grupo Iberdrola – inclusive, sem limitação, a Iberdrola Energia S.A. – do quadro acionário, direto ou indireto, da Emissora;



VII.2.1. Observado o disposto no Capítulo VI, acima, configurar-se-ão, também, hipóteses de vencimento antecipado através de assembléia geral, o descumprimento das seguintes obrigações:

- a. manutenção, pela Emissora, dos índices e limites financeiros a seguir: (a) Relação Dívida Total/EBITDA, inferior a 3 (três inteiros); (b) Relação EBITDA/Despesa de Juros, superior a 2 (dois inteiros); (c) Relação Dívida Total/Capitalização, inferior a 0,55 (cinquenta e cinco centésimos); e (d) Relação Dívida de Curto Prazo/Dívida Total, inferior a 35% (trinta e cinco por cento), sendo que, para efeito de cálculo da relação prevista nesta alínea, não será incluída em Dívida de Curto Prazo a parte corrente da dívida de longo prazo;
- b. caso, em qualquer exercício, haja, nos termos do artigo 201, da Lei n. 6.404/76, possibilidade jurídica de distribuição, pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação estatutária em lucros, a Interviente Garantidora, na qualidade de acionista controladora da Emissora, obriga-se a limitar a distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio ao mínimo legal, atualmente fixado em 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido da Emissora, apurado nos termos do artigo 191 da Lei n. 6.404/76, e ajustado nos termos do artigo 202, caput, inciso I, em conformidade com o artigo 37 do Estatuto Social da Emissora. A limitação prevista nesta alínea não se aplica para pagamento, pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação estatutária em lucros, cujo montante exceda aos 25% (vinte e cinco por cento) referidos acima, integralmente utilizado pela Guarani no âmbito do processo de desverticalização previsto na Lei n. 10.848/04 e no Contrato de Concessão. Os recursos de longo prazo, captados no âmbito do Programa de Capitalização do BNDES, cujos termos finais previstos nos respectivos instrumentos sejam posteriores à Data de Vencimento, poderão ser utilizados, desde que a Emissora esteja adimplente em relação às suas obrigações previstas nesta Escritura, para elevar o limite previsto nesta alínea, no mesmo montante da captação excedente;
- c. caso (i) a Emissora descumpra qualquer obrigação prevista nesta Escritura ou no Contrato de Penhor, ou (ii) a relação referida na alínea "a" desta cláusula seja superior a 2,75 (dois inteiros e setenta e cinco centésimos), não poderá haver pagamento, pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação estatutária em lucros, ressalvadas, entretanto, em qualquer hipótese (i) as regras previstas no Estatuto Social da Emissora e na Lei n. 6.404/76, para destinação do resultado do exercício e, em especial, (ii) pagamento, pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação estatutária em lucros, cujo montante seja integralmente utilizado pela Guarani no âmbito do processo de desverticalização previsto na Lei n. 10.848/04 e no Contrato de Concessão, sendo certo que, nesta hipótese, quaisquer dessas remunerações que sejam atribuíveis à Interviente Garantidora, seja a título de dividendos ou juros sobre capital próprio, não serão por ela exigidas da Emissora, sendo por esta retidas até a Emissora voltar a se enquadrar na relação estipulada na alínea "a" desta cláusula;
- d. do montante global do plano de investimentos da Emissora, o aporte de capital oriundo de recursos próprios não poderá exceder o montante de R\$210.000.000,00 (duzentos e dez milhões de reais) por ano-calendário, valor esse a ser atualizado, anualmente, pela variação acumulada do Índice Geral de



Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M”), desde a data de celebração desta Escritura, até a data de aferição;

- e. observado o disposto na alínea “a” desta cláusula, e exceção feita (i) ao Empréstimo Externo, conforme abaixo definido, e (ii) aos empréstimos contratados para suas filiais, não poderá a Emissora contratar, até o integral pagamento das Debêntures, outros mútuos com sociedades sob controle comum, coligadas, controladas ou acionistas controladores. Entende-se por “**Empréstimo Externo**” a contratação de dívida sindicalizada pela Emissora, no mercado internacional, no valor de US\$135.000.000,00 (cento e trinta e cinco milhões de dólares norte americanos), em igualdade de condições com as Debêntures no que se refere a data de vencimento, cronograma de amortização de principal e garantias.

VI.2.1.1. A apuração pelo Agente Fiduciário das relações previstas na cláusula anterior deverá ser feita em relação a cada uma das demonstrações financeiras auditadas da Emissora, seja trimestral ou anual, tão logo as mesmas sejam disponibilizadas pela Emissora, na forma de legislação aplicável, à CVM.

VI.2.1.2. As obrigações previstas nesta cláusula vigorarão durante todo o prazo das Debêntures, até a Data de Vencimento, ou enquanto houver Debêntures em circulação.

VII.3. Após a realização da Assembléia Geral de Debenturistas mencionada nas Cláusulas VII.2 e VII.2.1 acima, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura e exigirá dela e/ou da Interviente Garantidora o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura ou do Contrato de Penhor, a menos que titulares de Debêntures representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

VII.4. Vencimento Antecipado. Verificada qualquer das hipóteses previstas nas cláusulas VII.1, VII.2 e VII.2.1, acima, ou qualquer outra hipótese de inadimplemento da Emissora ou de vencimento antecipado previsto nesta Escritura ou no Contrato de Penhor, o Agente Fiduciário poderá, observados os prazos e formas previstos aqui e ali previstos, de pleno direito e independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, declarar vencidas antecipadamente as Debêntures, esta Escritura de Emissão, o Contrato de Penhor ou qualquer outro instrumento relacionado à presente Emissão.

VII.5. Pagamento. Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, desta Escritura de Emissão, do Contrato de Penhor ou de qualquer outro instrumento relacionado à presente Emissão, a Emissora e/ou a Interviente Garantidora pagarão, conforme aqui previsto, o saldo do Valor Nominal, acrescido (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento, (ii) dos Encargos Moratórios, se houver, e (iii) de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura ou do Contrato de Penhor.



CAPÍTULO VIII – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

VIII. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- a. encaminhar ao Agente Fiduciário:
 - a.1. dentro de, no máximo, 60 (sessenta) dias após o término de seu primeiro semestre social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo semestre social;
 - a.2. dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração, e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da Emissora;
 - a.3. cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pelas normas editadas pela CVM, inclusive a Instrução CVM n. 202, de 6.12.1993, nos prazos ali previstos;
 - a.4. o anúncio da convocação e a ata de qualquer assembléia geral de acionistas da Emissora, bem como as atas das reuniões do conselho de administração, da diretoria e do conselho fiscal, que contenham deliberações que guardem relação com a presente Emissão, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM n. 202, de 6.12.1993, ou, se ali não previstos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem (ou deveriam ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
 - a.5. na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos na cláusula V.30;
 - a.6. na data de sua divulgação, qualquer fato relevante, divulgado nos termos da Instrução CVM n. 358, de 3.1.2002;
 - a.7. os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os debenturistas desta Emissão, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da respectiva data de vencimento;
 - a.8. dentro de, no máximo, 5 (cinco) dias úteis após a disponibilização à CVM de qualquer informação trimestral (ITR) ou anual (DFP-IAN), devidamente auditadas, relatório demonstrativo do cumprimento dos *Covenants* Financeiros, detalhado em relação a cada um dos índices a serem observados, com a respectiva memória de cálculo e contas utilizadas;
 - a.9. imediatamente, qualquer informação relacionada com a presente Emissão que lhe venha a ser razoavelmente solicitada, por escrito, pelo Agente Fiduciário;
 - a.10. informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados no



Capítulo VII - Vencimento Antecipado acima, imediatamente após a sua ocorrência; e

- a.11. informações sobre alterações estatutárias ocorridas na Emissora, que possam impactar qualquer direito dos debenturistas da presente Emissão.
- b. proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei n. 6.404/76 e pelas normas editadas pela CVM, inclusive pela Instrução CVM n. 207, de 1.2.1994, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- c. manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- d. manter contratados, durante a vigência das Debêntures, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Agente Fiduciário, a Instituição Depositária, o Banco Mandatário, os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND e Bovespa-Fix) e a agência de classificação de risco (*rating*) previstas nesta Escritura;
- e. convocar a assembléia geral de debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que, direta ou indiretamente, se relacionem com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- f. cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, inclusive o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas;
- g. submeter, na forma da legislação aplicável, a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM, suas demonstrações financeiras;
- h. manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM e, bem assim, fornecer aos debenturistas desta Emissão, quando assim solicitado, as demonstrações financeiras publicadas, previstas no artigo 176 da Lei n. 6.404/76;
- i. manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, aos debenturistas desta Emissão, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- j. não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- k. notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que (a) possa causar interrupção ou suspensão relevante das atividades da Emissora, (b) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora à CVM não mais reflitam a real condição financeira da Emissora; ou (c) cause alteração substancial, nas condições (financeiras ou outras) ou nos negócios da Emissora que possa impossibilitar ou dificultar de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura; e
- l. observar os limites de emissão prescritos no artigo 60, da Lei n. 6.404/76.



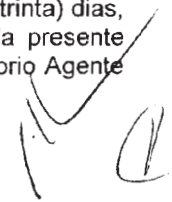
CAPÍTULO IX - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

IX.1. Nomeação. A Emissora nomeia e constitui Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificado, para Agente Fiduciário dos debenturistas da Emissão objeto desta Escritura, que, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação, para, nos termos da legislação aplicável e da Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures. A Emissora declara não ter conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei n. 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

IX.2. Declarações. O Agente Fiduciário declara:

- a. não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, § 3º, da Lei n. 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;
- b. não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse, previstas no artigo 10, da Instrução CVM n. 28, de 23.11.1983;
- c. aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- d. aceitar integralmente os termos da presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições, tendo verificado a veracidade das informações nela contidas;
- e. estar devidamente autorizado, na forma da lei e de seus atos societários, a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações nela previstas;
- f. que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com suas cláusulas;
- g. que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não violam qualquer obrigação, anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- h. ter verificado a regularidade e a legalidade da constituição das garantias prestadas, sua suficiência e exequibilidade, exceto, quanto à regularidade das inscrições nos registros competentes, os quais serão verificados nos prazos e formas previstos nesta Escritura e no Contrato de Penhor; e
- i. ser instituição devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras.

IX.3. Substituição. Nas hipóteses de ausência, impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembléia geral de debenturistas da presente Emissão, para a escolha do novo agente fiduciário, a ser convocada pelo próprio Agente



Fiduciário, pela Emissora, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetua-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria assembleia geral de debenturistas que escolher o novo agente fiduciário, observado o disposto na cláusula IX.3.4. adiante.

IX.3.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá ele comunicar imediatamente o fato aos debenturistas desta Emissão, pedindo sua substituição.

IX.3.2. É facultado aos debenturistas desta Emissão, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia especialmente convocada para esse fim.

IX.3.3. A substituição do Agente Fiduciário, em caráter permanente, fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos na legislação aplicável, inclusive na Instrução CVM n. 28, de 23.11.1983, e eventuais normas posteriores.

IX.3.4. O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a assembleia dos debenturistas desta Emissão não delibere sobre a matéria. Em hipótese alguma a remuneração do agente fiduciário poderá ser superior à ora avençada.

IX.3.5. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à Escritura, averbado na Junta Comercial do Estado da Bahia.

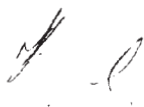
IX.3.6. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções a partir da data desta Escritura, ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

IX.3.7. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos debenturistas desta Emissão, em forma de aviso, de acordo com a cláusula V.30, acima.

IX.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados pela CVM, em especial a Instrução CVM n. 28, de 23.11.1983.

IX.4. Deveres e atribuições. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- a. proteger os direitos e interesses dos debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- b. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão ou impedimento;



- c. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e. promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- h. verificar a regularidade da constituição da garantia prevista na cláusula V.11, acima, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, notificando a Emissora a reforçar a garantia dada no caso de sua deterioração ou depreciação, nos prazos e formas aqui previstos;
- i. solicitar, à Emissora, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento e Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede ou o estabelecimento principal da Emissora;
- j. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- k. convocar, quando necessário, a assembléia geral de debenturistas da presente Emissão, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos termos da cláusula V.30, acima, observadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei n. 6.404/76, da regulamentação aplicável e desta Escritura;
- l. comparecer à assembléia geral de debenturistas, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- m. elaborar, anualmente, relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, §1º, alínea "b", da Lei n. 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - m.1. eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - m.2. alterações estatutárias ocorridas no período;



- m.3. comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
- m.4. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- m.5. resgate, Amortização, aquisição facultativa, exercício de opções de venda e/ou compra relativas às Debêntures, e pagamento de Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- m.6. acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- m.7. relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- m.8. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
- m.9. declaração acerca da suficiência e exequibilidade da garantia adicional das Debêntures, prevista na cláusula V.11, acima;
- m.10. declaração sobre sua aptidão para continuar o exercício da sua função de Agente Fiduciário;
- n. disponibilizar o relatório de que trata a alínea "m" aos debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
 - n.1. na sede da Emissora;
 - n.2. no local por ele indicado;
 - n.3. na sede da CVM;
 - n.4. na sede da Bovespa e da CETIP; e
 - n.5. na sede da Instituição Líder;
- o. publicar, na forma da cláusula V.30, acima, anúncio comunicando aos debenturistas desta Emissão que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea "n";
- p. manter atualizada a relação dos debenturistas desta Emissão, com endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à Instituição Depositária, à CBLC e à CETIP;
- q. apurar, inclusive perante CETIP e/ou Bovespafix, a quantidade de Debêntures de titularidade de cada debenturista para respeitar o rateio proporcional nas hipóteses



em que este deverá ser observado, especialmente nos eventos relacionados à aquisição, resgate ou amortização das Debêntures;

- r. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não-fazer; e
- s. notificar os debenturistas desta Emissão, se possível individualmente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, discriminando os procedimentos judiciais e/ou extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado ou esteja tomando para acautelar e proteger os interesses dos titulares das Debêntures. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

s.1. à CVM;

s.2. à Bovespa e à CETIP; e

s.3. à Emissora.

IX.5. Atribuições Específicas. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas desta Emissão e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, não sanado, se for o caso, nos prazos previstos no Capítulo VII, acima:

- a. declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b. executar o Penhor, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, das Debêntures;
- c. tomar posse dos Saldos Bancários, na forma do Contrato de Penhor, e aplicar o produto ao pagamento, integral ou proporcionalmente, das Debêntures;
- d. tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos debenturistas desta Emissão;
- e. requerer a falência da Emissora se as garantias não forem suficientes para saldar as obrigações relativas à presente Emissão; e
- f. representar os debenturistas em processo de falência, concordata, ou, ainda, em qualquer procedimento judicial análogo aos previstos nesta alínea, que substituam ou complementem a atual legislação sobre falências e concordatas.

IX.5.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não-adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "e", da cláusula anterior, se, convocada a assembléia geral de debenturistas desta Emissão, aquela assim o autorizar, por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em circulação. Para a hipótese prevista na alínea "e", da cláusula anterior, bastará a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em circulação.

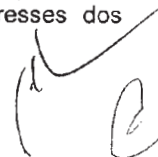


IX.6. Remuneração. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação aplicável e nesta Escritura, remuneração paga de seguinte forma:

- a. parcelas anuais de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), sendo a primeira devida na data de assinatura da presente Escritura. O valor da última parcela deverá ser calculado *pro rata die* até a data de seu efetivo pagamento;
- b. as parcelas da remuneração serão acrescidas dos seguintes tributos: ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros, que venham a incidir sobre referida remuneração, excetuando-se o Imposto sobre a Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;
- c. o Agente Fiduciário deverá enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da data de cada pagamento, sendo que, se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não-recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades;
- d. o valor das parcelas será atualizado, anualmente, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M”), desde a data de celebração desta Escritura, até a data de pagamento de cada parcela, calculado *pro rata die*, se necessário;
- e. a remuneração acima será devida até o cancelamento das Debêntures e mesmo após o vencimento, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não-sanadas pela Emissora;
- f. a remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas, razoavelmente comprovadas, com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário desta Emissão, sendo elas de responsabilidade da Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação;
- g. em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa e juros de mora, na forma definida para as obrigações tratadas nesta Escritura.

IX.6.1. Não estão incluídas na remuneração do Agente Fiduciário despesas com especialistas, caso sejam razoavelmente necessárias, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora.

IX.7. Despesas. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que, comprovadamente, tenha incorrido, para proteger os direitos e interesses dos debenturistas desta Emissão, ou para realizar seus créditos.



IX.7.1. O ressarcimento a que se refere a cláusula anterior será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a entrega, à Emissora, dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.

IX.7.2. Em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas razoáveis com procedimentos legais, inclusive administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer, para resguardar os interesses dos debenturistas desta Emissão, deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas desta Emissão e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Os recursos para o pagamento de tais despesas, a serem adiantados pelos debenturistas desta Emissão, incluem, também, gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou, ainda, que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas da presente Emissão. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, decorrentes da sucumbência em ações judiciais, serão igualmente suportadas pelos debenturistas da presente Emissão, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência, por um período superior a 60 (sessenta) dias, com relação ao pagamento destas, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos debenturistas da presente emissão para cobertura do risco da sucumbência.

IX.7.3. Excluem-se das obrigações de antecipação de recursos estipuladas na cláusula anterior os debenturistas impedidos por lei a fazê-lo.

IX.7.4. As despesas a que se refere a cláusula IX.7 e seguintes compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- a. publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b. extração de certidões;
- c. locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- d. eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

IX.7.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses, ou realizar créditos dos debenturistas da presente Emissão, não saldado na forma ora estabelecida, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.

CAPÍTULO X – DA ASSEMBLÉIA DE DEBENTURISTAS

X.1. Os titulares das Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.



X.2. Convocação. A assembleia de debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

X.3. Quorum de instalação. A assembleia se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas da presente Emissão que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

X.3.1. Para os fins de apuração do quorum de instalação em qualquer assembleia de debenturistas, serão excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria pela Emissora, ou que sejam de titularidade, direta ou indireta, de sociedades sob controle comum da Emissora, sejam elas coligadas, controladas ou controladoras, diretas ou indiretas, bem como dos administradores de referidas sociedades.

X.4. Mesa Diretora. A presidência da assembleia de debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures, ou àquele designado pela CVM.

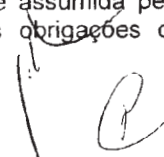
X.5. Quorum de deliberação. Nas deliberações da assembleia geral de debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas por debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, com exceção da modificação (i) da data de vencimento das Debêntures, (ii) das condições da Amortização, (iii) do procedimento e condições do exercício da Opção de Venda ou da Opção de Compra, (iv) que reduza ou cause qualquer impacto negativo sobre a Fiança ou o Penhor, (v) que diminua a Remuneração, (vi) que altere qualquer um dos quorá de deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos na presente Escritura, as quais deverão ser deliberadas por debenturistas que representem a totalidade das Debêntures em circulação, na forma do disposto no artigo 71, § 5º, da Lei nº 6.404/76, ressalvado o disposto na cláusula IX.5.1. acima.

X.5.1. Para os fins de apuração do quorum de deliberação em qualquer assembleia de debenturistas da presente Emissão, serão excluídos os votos em branco, as Debêntures mantidas em tesouraria pela Emissora ou que sejam de titularidade, direta ou indireta, de sociedades sob controle comum, coligadas, controladas ou controladoras, diretas ou indiretas, bem como dos administradores de referidas sociedades..

CAPÍTULO XI – DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA INTERVENIENTE GARANTIDORA

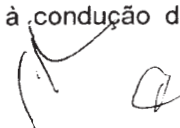
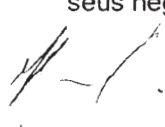
XI.1. A Emissora declara e garante que:

- a. mediante a aprovação da ANEEL e da CVM mencionada no item I acima, está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura, o Contrato de Penhor e demais contratos relacionados à Emissão, e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- b. a celebração desta Escritura, do Contrato de Penhor e o cumprimento de suas obrigações neles previstas (b.1) não infringem nem resultam em vencimento antecipado ou na rescisão de qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora, desde que (i) o valor do Penhor para garantir as obrigações da



Emissora nesta Escritura não exceda o montante total de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) a qualquer tempo; (ii) em relação ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, os recursos decorrentes da Emissão sejam destinados a atender os negócios de gestão ordinária da Emissora; e, cumulativamente (iii) não importe em comprometimento dos recursos destinados à execução dos contratos celebrados com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás; (b.2) não infringem qualquer disposição legal, nem (b.3) resultam em criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles ou decorrentes do Contrato de Penhor;

- c. esta Escritura e o Contrato de Penhor constituem obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- d. a Emissão tem por finalidade captar recursos, conforme descrito no Capítulo IV acima, no interesse da Emissora com os fins de satisfazer as exigências do bem público e de sua função social;
- e. os prospectos preliminar e definitivo ("**Prospectos**") contêm e conterão, no mínimo todas as informações relevantes em relação à Emissora, nas respectivas datas de cada um dos Prospectos, no contexto da presente Emissão, necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- f. as declarações e informações contidas nos Prospectos em relação à Emissora e controladas são verdadeiras, suficientes, completas e não são enganosas, incorretas ou inverídicas;
- g. as opiniões, análises e previsões expressas nos Prospectos em relação à Emissora foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- h. não há fatos relativos à Emissora, nas respectivas datas de cada um dos Prospectos, ou relativos às Debêntures não divulgados nos Prospectos, cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração relevante dos Prospectos seja enganosa, incorreta ou inverídica; e
- i. as demonstrações financeiras da Emissora, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2001, 2002 e 2003, e as demonstrações financeiras relativas aos trimestres findos em 31 de março de 2003 e 2004, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora, e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- j. observado o disposto nos Prospectos e, em seu melhor conhecimento, a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; e



- k. exceto pelas contingências informadas nos Prospectos, não há qualquer (k.1) descumprimento contratual, legal, judicial, administrativo ou arbitral; ou (k.2) qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em sua condição financeira ou outras, ou em sua atividade.

XI.2. A Interveniente Garantidora declara e garante que:

- a. está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura, o Contrato de Penhor e demais contratos relacionados à Emissão, e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- b. a celebração desta Escritura, do Contrato de Penhor e o cumprimento de suas obrigações neles previstas (b.1) não infringem (i) qualquer obrigação anteriormente assumida pela Interveniente Garantidora ou (ii) qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Interveniente Garantidora seja parte, nem (b.2) irão resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Interveniente Garantidora, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- c. esta Escritura e o Contrato de Penhor constituem obrigação legal, válida e vinculante da Interveniente Garantidora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- d. os Prospectos contêm e conterão, no mínimo, todas as informações relevantes em relação à Interveniente Garantidora, nas respectivas datas de cada um dos Prospectos, no contexto da presente Emissão, necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Interveniente Garantidora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- e. as declarações e informações contidas nos Prospectos em relação à Interveniente Garantidora e suas controladas são verdadeiras, suficientes e completas e não são enganosas, incorretas ou inverídicas;
- f. as opiniões, análises e previsões expressas nos Prospectos em relação à Interveniente Garantidora foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- g. não há fatos relativos à Interveniente Garantidora, nas respectivas datas de cada um dos Prospectos, ou relativos às Debêntures não divulgados nos Prospectos, cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração



relevante dos Prospectos em relação à Interveniente Garantidora seja enganosa, incorreta ou inverídica;

- h. as demonstrações financeiras da Interveniente Garantidora, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2001, 2002 e 2003, e as demonstrações financeiras relativas aos trimestres findos em 31 de março de 2003 e 2004, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Interveniente Garantidora, e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- i. observado o disposto nos Prospectos e, em seu melhor conhecimento, a Interveniente Garantidora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; e
- j. exceto pelas contingências informadas nos Prospectos, não há qualquer (g.1) descumprimento contratual, legal, judicial, administrativo ou arbitral; ou (g.2) qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, que possa vir a causar impacto adverso relevante na Interveniente Garantidora, em sua condição financeira ou outras, ou em sua atividade.

CAPÍTULO XII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

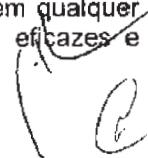
XII.1. Irrevogabilidade e Irretratabilidade. A presente Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título.

XII.2. Renúncia. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos debenturistas desta Emissão, em razão de qualquer inadimplemento da Emissora, prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedentes, no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

XII.3. Despesas. A Emissora arcará com todos os custos (i) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CVM, no SND e no BovespaFix; (ii) das taxas de registro; (iii) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, o Contrato de Penhor e os atos societários da Emissora; e (iv) pelas despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Mandatário e Instituição Depositária.

XII.4. Título Executivo. A presente Escritura, o Contrato de Penhor e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações neles encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

XII.5. Independência das cláusulas. Caso uma ou mais cláusulas da presente Escritura sejam consideradas inválidas, ilegais, ineficazes ou inexecutíveis, em qualquer aspecto, as demais cláusulas aqui previstas permanecerão válidas, legais, eficazes e



exeqüíveis, até o cumprimento integral, pelas Partes, de suas obrigações, nos termos desta Escritura.

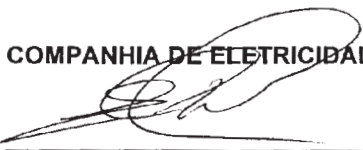
XII.6. Lei Aplicável. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

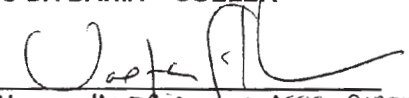
XII.7. Foro. Fica eleito o Foro de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir as questões oriundas da presente Escritura e da Emissão, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, certas e ajustadas, as Partes, obrigando-se por si e seus sucessores, celebram a presente Escritura em 3 (três) vias, de igual teor e forma, juntamente com as 2 (duas) testemunhas abaixo-assinadas.

São Paulo, 2 de julho de 2004.

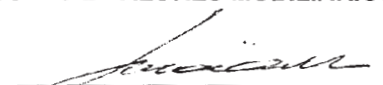
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA


Nome: **ERIK DA COSTA GREVER**
Cargo: **DIRETOR DE ECONOMIA E FINANÇAS**



Nome: **VALFREDO DE ASSIS RIBEIRO FILHO**
Cargo: **PROCURADOR**

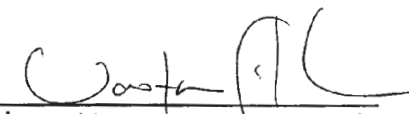
PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Nome: **Maurício da Costa Ribeiro**
Cargo: **Diretor**

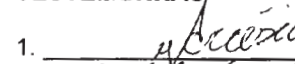

Nome: **LÍVIA DOS SANTOS ABEX**
Cargo: **PROCURADORA**

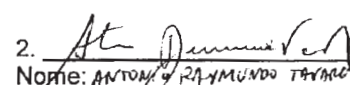
GUARANIANA S.A.



Nome: **ERIK DA COSTA GREVER**
Cargo: **DIRETOR EXECUTIVO FINANCEIRO**


Nome: **VALFREDO DE ASSIS RIBEIRO FILHO**
Cargo: **PROCURADOR**

TESTEMUNHAS

1. 
Nome: **JOSÉ ARCESIO RODRIGUES NETO**
RG n.: **11.3.763.567 SSP MG**
CPF: **010.328.357-06**

2. 
Nome: **ANTÔNIO RAYMUNDO TAVARES FERREIRA**
RG n.: **928203**
CPF: **035.623.365-07**

 **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA**
CERTIFICO O REGISTRO EM: 05/07/2004
SOB Nº: ED000205000
Protocolo: 04/173922-1
Empresa: 29 3 0000381 6
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA


LAFAYETTE PONDÉ FILHO
SECRETARIO-GERAL